

14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 12 - Corpo, Gênero e Sexualidade

Privilégios ou vulnerabilidades? A construção das masculinidades transmasculinas no
contexto brasileiro

Zayin Pinheiro Fonseca¹

INTRODUÇÃO

As pessoas transmasculinas estão construindo que tipos de masculinidades no Brasil? Suas masculinidades operam da mesma forma da que de homens cis? Com a transição, homens trans, transhomens, boycetas, transmasculinos não binários ganham privilégios? Trago esses questionamentos, pois pela falta de visibilidade e de um imaginário social, pessoas transmasculinas são constantemente lidas por meio de códigos cisnormativos, muitas vezes sendo assimiladas à figura do opressor.

A partir de uma objetividade feminista, me proponho neste artigo a trazer reflexões sobre essas perguntas. Esse tipo de fazer ciência é proposto por Donna Haraway, que com uma atuação multidisciplinar é uma das grandes referências em campos, como o da antropologia, tecnociência, biologia, filosofia, e pensamento feminista. Para Haraway (1995) não é possível seguir uma objetividade pura na ciência. Visto que a visão universal da ciência não é neutra,

¹Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGOCIO) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com bolsa financiada pela CAPES. Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). zayinf.p@gmail.com.

ela oculta a posição histórica marcada do homem branco cis ocidental, europeu-norte-americano, cristão. A objetividade deve então vincular-se à parcialidade e o conhecimento localizado e posicionado, de sujeitos múltiplos, de diversas interpretações, de corporificações, de visões críticas.

Nesse sentido, por meio do resgate da relação entre corpo e mente, retomamos uma perspectiva parcial, a qual permite, por sua vez, obter uma visão objetiva: essa é uma forma de recompor a conexão do sujeito com o conhecimento. Assim, sujeito e objeto se tornam ativos, em uma verdadeira relação de coprodução.

Nossos olhos, nossa visão, constroem modos específicos de ver o mundo. Essa perspectiva parcial é que nos promete uma visão objetiva, já que ela é localizada, demarcada, e não pretensiosamente universal. Posto isso, escrevo como uma pessoa transmasculina não binária, branca, bissexual, ativista LGBTQIAPN+ criada no sul do país, com vivências e moradias em outras regiões, como sudeste e nordeste. Para além disso, compartilho de pressupostos teórico-metodológicos pós-estruturalistas, queer e transfeministas, tendo como base autorias como Judith Butler, Paul B. Preciado, Jack Halberstam e Viviane Vergueiro Simakawa.

Neste artigo, utilizo os termos “transmasculinidade” e “transmasculino” como categorias analíticas que abarcam um conjunto heterogêneo de identidades de gênero situadas sob esse guarda-chuva. Trata-se de uma escolha metodológica, que busca organizar a escrita sem apagar a pluralidade das experiências que compõem aquilo que Almeida (2012) denomina a “aquarela das masculinidades” — isto é, as múltiplas formas de viver masculinidades por sujeitos cujos corpos foram inicialmente designados como femininos, mas que, em alguma medida variável, se opõem a essa designação. Ao optar por essa formulação no plural implícito, reconheço que não há uma única forma de ser transmasculino, mas uma constelação de experiências atravessadas por diferentes marcadores sociais e trajetórias corporais.

PROCESSOS DE EMERGÊNCIA DAS IDENTIDADES TRANSMASCULINAS NO BRASIL

Para começarmos a falar sobre sujeitos transmasculinos, é preciso um contexto histórico. A emergência das identidades transmasculinas no Brasil é um fenômeno recente. Até a primeira década dos anos 2000, quando os movimentos sociais e o surgimento das comunidades transmasculinas na internet impulsionaram sua divulgação, tais identidades de

gênero não encontravam espaço na academia, na saúde e em outros cenários sociais. A maior parte das mobilizações organizadas dentro do movimento trans brasileiro era composta majoritariamente por travestis e mulheres transexuais (ÁVILA, 2014), o que gerava uma lacuna na representação de pessoas transmasculinas.

Ávila (2014) aponta que esse cenário começou a mudar em 2012 com a criação da Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), a primeira organização no Brasil dedicada a garantir os direitos humanos da população transmasculina. A ABHT permitiu o diálogo direto de pessoas transmasculinas com o Ministério da Saúde (MS), o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Federal de Medicina (CFM), resultando em conquistas importantes para a comunidade, como o Processo Transexualizador do SUS.

Apesar disso, conforme os pesquisadores e ativistas transmasculinos, Luck Yemonja Banke e Leonardo Farias Pessoa Tenório (2021), a ABHT ao longo da sua caminhada não conseguiu gerar entre os homens trans um senso de coletividade e nem espaços de troca. O que levou o movimento transmasculino a buscar formas de articulação em rede que contemplassem as diferentes experiências marcadas por raça, classe, região, geração, identidade de gênero e sexualidade, visando uma atuação mais representativa no controle social.

Foi nesse momento que nasceu o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) na capital paraibana em João Pessoa em 2013. O IBRAT desenvolveu uma pauta política transmasculina democrática, considerando interseccionalidades, como raça, classe e sexualidade, além de investir em pesquisas para embasar suas propostas. Esse processo ocorreu por meio da criação de núcleos e setoriais do IBRAT em mais de 20 estados nas cinco regiões do país (BANKE; TENÓRIO, 2021).

Desde então, o IBRAT tem promovido a instrução e preparo político de pessoas transmasculinas para atuarem no debate público democrático. Este processo refletiu numa crescente participação e presença das transmasculinidades nos espaços de construção de políticas públicas nas áreas da saúde, direitos humanos, educação e em outras pautas.

CONSTRUÇÃO SOCIAL E SUBJETIVA DAS IDENTIDADES TRANSMASCULINAS

Embora o movimento transmasculino tenha alcançado mais visibilidade para a nossa população, essa é uma luta que ainda percorremos. O Manifesto da 1ª Marcha Transmasculina de São Paulo (2024), organizado pelo IBRAT-SP, enfatiza o "apagamento histórico e político das transmasculinidades". Esse desconhecimento público sobre a diversidade de identidades e

corpos que compõem o grupo resulta na precarização de políticas públicas e na dificuldade de acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação e trabalho.

Isso é visto também na literatura a respeito das transmasculinidades, nós temos sido negligenciados no que diz respeito aos estudos de gênero: tanto no campo das masculinidades – onde raramente somos incluídos (CATALANO, 2015; GOTTZÉN; STRAUBE, 2016; JOURIAN, 2017) –, como nos estudos sobre pessoas trans – onde se verifica uma maior incidência sobre as mulheres (GOTTZÉN; STRAUBE, 2016; OLIVEIRA, 2014).

Dessa forma, compreender os processos de construção das identidades transmasculinas é uma questão relevante tanto do ponto de vista científico quanto social. Como destaca o teórico cultural e sociólogo Stuart Hall (2000), uma das principais referências nos estudos sobre identidade na contemporaneidade, a identidade pode ser entendida como um ponto de conexão entre o self e os diversos elementos do contexto social que o cercam.

No estudo “Identidade de gênero de homens transexuais à luz de Paul Preciado”, Santos e Boffi (2022) analisam as identidades transmasculinas à luz da teoria de Paul B. Preciado, homem trans, filósofo e escritor espanhol. A partir de Preciado, refletem que o self e o social se influenciam mutuamente no processo de construção das identidades, de modo que, na constituição da identidade transmasculina, essas dimensões não se apresentam como separadas ou independentes.

Como base para essa reflexão, as autoras recorrem ao ensaio “Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica” de Preciado (2018), onde ele afirma que os critérios psicológicos utilizados para identificação – “sou homem”, “sou homossexual”, “sou travesti”, “sou gay”, “sou mulher”, “sou lésbica” – são ficções somato políticas produzidas por um conjunto de tecnologias de dominação dos corpos que constituem o sujeito em suas potencialidades e limites, a partir da circunscrição de sua subjetividade.

A produção de gênero de pessoas transmasculinas, nesse sentido, torna-se possível a partir de um processo de desidentificação com a cisheteronormatividade, marcado pela recusa em se reconhecer nos moldes que ela impõe. Esse desencontro entre o self e o social abre fissuras que possibilitam a criação de outras formas de subjetividade e de corporificação. Desse descompasso, surge uma experiência que resiste à representação exterior imposta como verdade sagrada e imutável, como afirmam Santos e Bonffi (2022):

Homens transexuais constroem um itinerário de desidentificação social a partir das marcas inscritas em sua carne pelas normativas enunciadoras do que é ser homem e ser mulher. Em um segundo momento, para desfazer as marcas que o gênero inscreveu

em sua carne, o sujeito nega as definições binárias pré-concebidas, entendendo-se enquanto homem a partir da sua própria subjetividade e corporalidade (SANTOS; BONFFI, 2022, p.8).

No entanto, como destacam as mesmas autoras, um cuidado fundamental é a não naturalização de uma única identidade de homem trans. A composição de uma identidade transmasculina não é algo fixo ou essencializado, diferentemente do que afirma o senso comum. Do ponto de vista teórico, a autoidentificação como “homem trans”, ou simplesmente como “homem”, seria suficiente. Porém, na prática social, esse reconhecimento não se dá automaticamente, pois depende de uma lógica hegemônica que classifica e legitima os sujeitos com base em uma leitura binária e visual do gênero (ALEXANDRE; SANTOS, 2021).

Devido à cisnormatividade, o primeiro “pré-requisito” para ser considerado homem, em nossa sociedade, é nascer com um pênis. Como elucida a ativista e pesquisadora transfeminista Viviane Vergueiro Simakawa (2015), este processo de normatização da cisgeneridade enquanto única performance natural e legítima de gênero, articula-se com a heteronormatividade e provém do colonialismo, da branquitude. Ainda, a autora propõe que a “inteligibilidade cisgênera que pressupõe a inteligibilidade heterossexual como decorrência” (SIMAKAWA, 2015, p. 57), ou seja, a cisnormatividade funda a heteronormatividade, a cisheteronorma se retroalimenta.

Percebe-se então que para ser reconhecido “homem de verdade”, é esperado que a pessoa tenha nascido com pênis e se relacione sexualmente com mulheres cisgêneras. Mas não basta nascer com um corpo socialmente lido como masculino. Como explica a filósofa Judith Butler (2019) em “Corpos que Importam”, a identidade de gênero dentro do sistema binário precisa ser constantemente repetida e reforçada. Com base na linguística, psicanálise e pós-estruturalismo, Butler argumenta que não existe um “homem original” (tampouco a mulher) — apenas cópias de uma originalidade fabricada pela (e fabricante da) cisheteronormatividade. No caso, todos fabricamo-nos, em certo sentido, essa seria a única originalidade/natureza humana. Essa “fabricação”, podemos denominar como práticas de produção de si (GOMES, 2004).

A MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E AS “OUTRAS” MASCULINIDADES

Os estudos sobre homens e masculinidades não são novidade: as ciências sociais têm sido dominadas por perspectivas produzidas por homens cis, sobre homens cis e para homens cis (HEARN, 2004). Entretanto, esse direcionamento ocorria de forma velada, disfarçando-se

sob a aparência de neutralidade científica. Por isso, pode-se afirmar que a análise da genderização dos homens é relativamente recente (HOLTER, 2005; KIMMEL; MESSNER, 1989).

Embora os estudos tradicionais sobre masculinidades tenham se iniciado nos anos 1970 (BENTO, 2015), eles historicamente negligenciam as experiências transmasculinas, vendo essa literatura como restrita a experiências de homens cis. O oxigênio para se pensar outros tipos de masculinidade vem de fora desses estudos tradicionais da masculinidade, como as formulações de teóricos queer e de pesquisadores transmasculinos (BENTO, 2012).

Raewyn Connell e James W. Messerschmidt (2013), ao dissertarem sobre o conceito de masculinidade hegemônica, evidenciam como operam as produções de sujeitos “legítimos” da masculinidade. Es autoras propõem o conceito de masculinidades hegemônicas, sob um viés que considere classe, raça, sexualidade e territorialidade — constata uma geografia das masculinidades: hierarquias locais de gênero e masculinidades hegemônicas locais, regionais e globais. Para elas, a masculinidade hegemônica representa uma forma idealizada de ser homem, diante da qual todas as outras devem se posicionar:

A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, p.245, 2013)

Raewyn Connell, uma das figuras incontornáveis neste campo de estudos, classifica as masculinidades como hegemônicas; cúmplices; subordinadas e marginais em seu livro “Masculinidades” (2005). Para a autora, as masculinidades cúmplices não “praticam” necessariamente a masculinidade hegemônica, mas se beneficiam ao obter vantagens de subordinação em relação às mulheres mediante a estrutura do patriarcado. Um exemplo que Connell (2005) estabelece para explicar esta cumplicidade está nas relações estreitas dos homens (cis) com as mulheres, como o casamento e a paternidade. Assim, mesmo que tais relações estejam baseadas no respeito, muitos homens (cis) se aproveitam dos privilégios do patriarcado.

Já as masculinidades subordinadas dizem respeito às relações de dominação entre os próprios homens (cis) a partir da heteronormatividade. Assim, segundo a autora, existem relações de poder entre homens (cis) heterossexuais e homossexuais, ao passo que estes últimos

se encontram numa posição subordinada em relação aos primeiros, devido à “aproximação” com a feminilidade.

Para a autora, os tipos de masculinidades até então apresentadas referem-se às interações relacionadas ao gênero (e sexualidades), sendo que tais relações com outras categorias identitárias como a raça e a classe resultam em novas configurações de masculinidades de modo interseccional. Assim, as masculinidades marginalizadas dizem respeito às relações de dominação e subordinação entre homens, a partir da classe social e da raça, sendo tal marginalização relativa à autorização do grupo dominante mediante a masculinidade hegemônica.

A partir dessas classificações, podemos perceber que em nenhum momento a autora analisou as masculinidades de pessoas transmasculinas. A partir do pensamento de Connel, as autoras brasileiras Adelaine dos Santos e Marcio Ornat (2021), propõem que na categoria de masculinidades subordinadas sejam incluídos os homens trans:

Mesmo que homens trans possam elaborar suas masculinidades em conformidade com a cisgeneridade, mediante passabilidade ou não, podem sofrer discriminações pelo fato de terem nascidos biologicamente constituídos pelo sistema de órgãos femininos e, consequentemente, estarem simbolicamente próximos à feminilidade (SANTOS; ORNAT, 2021, p.8)

Uma crítica que faço às autoras é que, como aponta Butler (2019), a categoria "sexo" é, desde o início, normativa. Isso significa que o "sexo" não é uma simples constatação biológica, mas parte de uma prática regulatória que produz e organiza os corpos de acordo com normas culturais. Nesse sentido, quando utilizamos termos como “sexo feminino” ou “sexo masculino”, estamos reproduzindo um sistema que associa diretamente biologia a gênero, reforçando o binarismo entre “mulheres/feminino” e “homens/masculino”.

Por isso, ao invés de dizermos que homens trans nasceram “biologicamente constituídos pelo sistema de órgãos femininos”, é mais adequado adotar terminologias utilizadas em novos estudos da biologia, que propõem classificações a partir das gônadas. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que homens trans nasceram com “sexo típico ovariano” ou “sistema reprodutor ovariano”, sem recorrer a noções essencialistas de feminino/masculino. Isso porque, até certo estágio da gestação, todos os embriões são indiferenciados em termos sexuais: apenas com o desenvolvimento das gônadas (testículos ou ovários) é que os órgãos genitais e o sistema reprodutor começam a se formar.

Ainda assim, o argumento das autories mantém pertinência, pois, ao nascer, homens trans são compulsoriamente identificados com o gênero feminino. Muitos passam anos sendo socializados como mulheres antes de realizarem sua transição. Essa experiência faz com que a normatividade continue a vinculá-los às mulheres, negando-lhes o reconhecimento como “homens”. Isso se deve ao fato de que a masculinidade hegemônica também sustenta esse mito do “homem de verdade” justamente pela desvalorização sistemática das mulheres e de tudo aquilo que é associado ao feminino.

MASCULINIDADES TRANSMASCULINAS

Com base nas reflexões de Connell (2003), Santos e Ornat (2021) destacam a (re)produção da hierarquia social das masculinidades no campo transmasculino em vista de algumas sutilezas, como os processos de hormonização e a realização de mamoplastia masculinizadora. A partir dessa análise, propõem classificar as transmasculinidades também em subordinadas-hegemônicas, subordinadas-cúmplices, subordinadas-marginalizadas e subordinadas-subordinadas.

Para as autories, as transmasculinidades subordinadas-cúmplices dizem respeito aos homens trans que podem exercer a cumplicidade masculina ao resgatarem certos benefícios e vantagens oriundos do dividendo patriarcal. As transmasculinidades subordinadas-marginalizadas referem-se aos homens trans negros que reelaboram suas experiências de masculinidade, pós-transição de gênero, muito em decorrência do racismo. Por fim, as transmasculinidades subordinadas-subordinadas descrevem homens trans não heterossexuais e sem passabilidade, de acordo com os padrões cisheteronormativos.

Neste sentido, é como se as transmasculinidades, mesmo sendo classificadas enquanto masculinidades subordinadas numa perspectiva conneliana, apresentem variadas formas de elaboração desta subordinação. Ao passo que os homens trans buscam ou não os padrões masculinos da cisheteronormatividade, podem estar mais próximos ou mais afastados da masculinidade hegemônica.

Porém em nenhum momento Santos e Ornat (2021) falam a respeito de pessoas transmasculinas não binárias. Até em um trecho do artigo elas escrevem que compreendem “por transmasculinidades as masculinidades elaboradas por homens trans” (SANTOS; ORNAT, p. 10, 2021). Em minha visão, se fôssemos seguir com a perspectiva conneliana, uma pessoa transmasculina não binária estaria na categoria subordinadas-subordinadas. Mas se essa

pessoa for negra, ela também estaria na categoria transmasculinidades subordinadas-marginalizadas?

Essas categorias evidentemente se cruzam, por isso é tão importante pensar numa perspectiva interseccional em relação às transmasculinidades. Conforme o pesquisador transmasculino, Saman Ferreira (2020), a interseccionalidade é uma ferramenta analítica essencial para compreender a construção das identidades na nossa comunidade. Visto que, a interseccionalidade permite identificar sistemas de opressão e localizar experiências subjetivas.

Os autores transmasculinos Cello Latini Pfeil e Bruno Latini Pfeil (2023) ainda enfatizam que a concepção que temos de transmasculinidades é tão diversa como os sujeitos transmasculinos que a compõem. Ambos complementam que seria um equívoco universalizar as narrativas de pessoas transmasculinas ou generalizar suas experiências sob perspectivas centradas em passabilidade, heteronormatividade ou em padrões estéticos alinhados às normas patriarcais. Como eles dizem:

Não podemos reduzir nossas narrativas à maneira como nossos corpos são lidos, já que fazer isso seria, em última instância, sucumbir aos ditames da cisgeneridade, e já que a necessidade de ser lido como homem cis para ser respeitado é, por si, uma opressão (PFEIL, C. B., 2023, p.167).

Nesse sentido, o teórico queer Jack Halberstam (2018), no livro “Masculinidades Femininas”, propõe que, como a masculinidade branca, de classe média e cisheteronormativa obscureceu todas as demais, é necessário nos afastarmos desse modelo dominante para que outras formas de masculinidade possam ganhar visibilidade. Para isso, o autor mobiliza o conceito de “masculinidade sem homens” para explorar uma posição de sujeito queer que desafia os modelos hegemônicos de conformidade de gênero.

Segundo Halberstam, a contínua recusa da sociedade ocidental em reconhecer corpos de gênero ambíguo nas relações sociais revela uma atitude conservadora e protecionista dos homens em relação à masculinidade, o que se expressa, por exemplo, na descrença generalizada na existência de uma masculinidade feminina. Apesar da presença histórica de diversas figuras designadas como mulheres ao nascer tenham feito contribuições significativas à construção de masculinidades alternativas, essa forma de expressão de gênero continua sendo amplamente marginalizada. Como ele aponta:

De alguma forma, apesar das múltiplas imagens de mulheres fortes (como a fisiculturista Bev Francis ou a jogadora de tênis Martina Navratilova), de mulheres com identidades cruzadas (Radclyffe Hall ou Ethel Smyth), de figuras públicas com códigos masculinos (Janet Reno), de superestrelas machonas (k. d. lang), de mulheres

musculosas e atléticas (Jackie Joyner Kersee), de pessoas transgêneras nascidas do sexo feminino (Leslie Feinberg), ainda não há uma aceitação geral ou mesmo o reconhecimento de mulheres masculinas e meninas masculinas (HALBERSTAM, 1998, p. 15)

Essa resistência se conecta às críticas de estudiosos feministas e antirracistas, que evidenciam como as noções de masculinidade e feminilidade foram historicamente construídas como normativas a partir de corpos brancos, heterossexuais e de classe média. Nesse contexto, as masculinidades e feminilidades das minorias desestabilizam os sistemas binários de gênero e desafiam as hierarquias existentes.

Para João Walter Nery (2018), transhomem pioneiro no Brasil, as transmasculinidades afrontam a masculinidade hegemônica e falocêntrica, por reivindicarem de serem masculinos em corpos que foram determinados para serem femininos e de mulheres. Em suas palavras:

As transmasculinidades habitam um ‘entre lugar’: ao reivindicarmos e ressignificarmos as masculinidades, pois somos entendidos como aspirantes a privilégios machistas, mas, por outro lado, nossas masculinidades não têm reconhecimento. Corpos de pessoas transmasculinas são lidos como corpos de mulheres e, portanto, são passíveis de violências machistas e opressoras (NERY, 2018, p. 401)

AS TRANSMASCULINIDADES SÃO PRIVILEGIADAS?

Boffi e Santos (2024) buscando compreender se a passabilidade garante aos homens trans os mesmos privilégios atribuídos aos homens cisgênero na sociedade patriarcal, realizaram entrevistas com 15 homens trans em processo de hormonização, residentes em diferentes regiões do país. A análise revelou que, no caso das transmasculinidades, esses supostos “privilégios” dependem de múltiplos fatores — como passabilidade, local de inserção social, ocultamento da condição trans, etnia e sexualidade — e não configuram, portanto, uma posição estável ou assegurada. Por reconhecerem que pessoas trans já partem de um contexto de vulnerabilização, as autoras optaram por não nomear as respostas sociais à leitura masculina como “privilégios”, reservando esse termo para os homens cisgênero. Em vez disso, adotaram a categoria “vantagens”.

As vantagens que foram averiguadas em questão da passabilidade foram: maior segurança em relação a violência, principalmente a sexual; direito de fala; reconhecimento; afastamento das tarefas domésticas; menos preocupação com a aparência física e maior liberdade sexual. Porém, ao ler o estudo é percebido que praticamente todas essas vantagens caem por terra, ao saberem que estes homens são trans, o que os aloca socialmente no gênero

feminino, tornando-se suscetíveis a diversas violências. Cabe ressaltar que, além de estarem sujeitos à misoginia, esses homens também são alvo de práticas transfóbicas.

Como observam os intelectuais transmasculinos Leonardo Tenório e Klaus Fontenelle (2024), é equivocada a ideia de que a passabilidade cis em pessoas trans se traduza em privilégios equivalentes aos de pessoas cis. Isso porque nós transmasculinos nunca seremos cis e, a partir do momento em que as pessoas sabem que somos trans, não importa a passabilidade: “Somos tratados de modo subalterno e marginal do mesmo jeito (...) O argumento de que não sofremos transfobia porque temos passabilidade nada mais é que uma forma de violência” (TENÓRIO; FONTENELLE, 2024, p. 193).

Além disso, como es próprias Boffi e Santos (2024) mencionam no estudo, não se pode compreender homens trans como uma população homogênea em suas experiências sociais, visto que nesse processo, os marcadores sociais da diferença e suas intersecções retiram ou acrescentam mais ou menos poderes e vantagens. Entre os marcadores, são destacados a raça, a leitura social da sexualidade, classe e territorialidade.

Em relação à questão racial, o estudo aponta que as transmasculinidades negras com o ganho da passabilidade masculina, tornam-se alvo de hostilidade racial, sendo associadas a estigmas como o da periculosidade e da violência. O que vai de encontro com a afirmação do pesquisador transmasculino Bruno Santana (2021, p. 152) de que: “a violência contra corpos negros trans é um projeto político ocidental estruturado pela branquitude cisgênera, que não pode conceber a ideia da existência de corpos que escapem do padrão normativo de humanidade brancocêntrico, cisgênero e heterossexual”.

Outra questão que o estudo aponta é que romper com os estereótipos da masculinidade hegemônica é quase um atestado simbólico para homens trans serem lidos como homens gays. Esse processo foi vivenciado sem exceção por todos os participantes da pesquisa em algum momento de suas experiências pós-transição. Isso porque os homens trans entrevistados por terem tido uma experiência de leitura social feminina anterior à transição, evitam a reprodução de padrões de comportamento machistas e sexistas frente às mulheres. Como as principais características da masculinidade hegemônica são a heterossexualidade e a dominação sobre as mulheres, suas masculinidades são contestadas.

Para além disso, o estudo constatou que o fato de serem lidos socialmente como homens também os coloca em condições desprivilegiadas, tais como: maior probabilidade de serem expostos à violência e morte por causas externas, especialmente para os sujeitos não brancos; dificuldade de acesso às políticas públicas de saúde, assistência social e previdência social;

tendência ao maior uso de substâncias a partir da autorização social para tal; cobrança por alcançar sucesso econômico, com potenciais efeitos deletérios na saúde; intolerância social caso se mostrem vulneráveis em determinadas situações.

Outra dimensão da passabilidade, destacada pelo pesquisador transmasculino Guilherme Almeida (2012) é a invisibilidade. Se, por um lado, o não reconhecimento como trans permite estratégias de camuflagem social que ampliam o conforto e oferecem maior proteção diante da transfobia, por outro, especialmente sob a ótica do ativismo, essa mesma invisibilidade enfraquece a luta coletiva e dificulta a reivindicação de direitos.

O estudo de Boffi e Santos (2024) também apresenta que homens trans se encontram vulnerabilizados sob as prescrições sociais do ser masculino. Tais exigências normativas se mostram mais imperiosas diante dos estereótipos de masculinidade e feminilidade, em particular em relação às mulheres. Conforme o estudo, as exigências para homens trans serem validados como homens circundam: não apresentar características lidas como femininas; o desempenho laboral, o ambiente de trabalho e a capacidade de sustentar sua família; a violência como forma de garantir respeito e poder conferidos por outros homens, entendendo que há uma “obrigação” moral em responder à expectativa de violência ou de se defender dos ataques; a heterossexualidade que disciplina o corpo masculino; o distanciamento da esfera doméstica e a aproximação com a vida pública.

O que nos leva a perceber que quaisquer comportamentos que se afastam do modelo de masculinidade hegemônica tendem a invalidar as transmasculinidades ou a questionar sua legitimidade no universo masculino. Isso ocorre porque, enquanto dispositivo, as transmasculinidades não ocupam a posição da masculinidade dominante, estando ancoradas na produção de corpos historicamente sujeitados pela colonialidade. Como alerta Gloria Anzaldúa (2005, p. 711), “confundir homens que se desviam da norma geral com o homem, opressor, é uma grave injustiça”.

Isso é demonstrado pela violência do Estado contra pessoas transmasculinas. Como demonstram os pesquisadores transmasculinos Leonardo Tenório e Klaus Fontenelle (2023), com base nos dados do Observatório Anderson Herzer (2024), mesmo diante dos elevados índices de desemprego e baixa renda na nossa comunidade, o acesso a programas como o Bolsa Família nos é negado. A ausência de políticas de assistência e empregabilidade, somada às recorrentes situações de violência doméstica, dificulta a ruptura do ciclo de dependência financeira. Assim, o Estado nos mantém em condição de vulnerabilidade econômica, expostos à transfobia e ao adoecimento psicológico.

Na saúde, embora a tutela e a patologização tenham diminuído, ainda persistem práticas discriminatórias. O atendimento muitas vezes depende da boa vontade de profissionais em reconhecer e acolher as especificidades das transmasculinidades. Negativas de atendimento, uso indevido de pronomes, falta de preparo técnico e exigências de laudos psicológicos seguem restringindo o acesso a tecnologias de modificação corporal. A insuficiência da rede do SUS é evidente: 30% dos municípios não possuem ambulatórios trans (Observatório Anderson Herzer, 2024). Mesmo procedimentos como mastectomia continuam sendo negados por planos de saúde, só conquistados judicialmente após reiteradas negativas transfóbicas.

Outro entrave grave é o aumento de 400% no preço da testosterona Deposteron em 2022, o que tornou o tratamento inacessível para grande parte das pessoas transmasculinas, em sua maioria de baixa renda (Observatório Anderson Herzer, 2024). A interrupção do uso do hormônio gera sérias consequências físicas, sobretudo para quem removeu os ovários, e psicológicas, como o agravamento da disforia de gênero.

As violências se intensificam também na experiência da gestação e da parentalidade. Nesses contextos, a identidade transmasculina é frequentemente negada, somos tratados no feminino e chamados de mães. Diversos relatos de transmasculinos em processo de gestação apontam que, tanto no SUS quanto na rede privada, profissionais de saúde e pessoas em geral insistem em tratá-los no feminino, além de submetê-los à negligência médica, à violência obstétrica e a atitudes marcadas por preconceito, ignorância e até pela visão de que seriam uma aberração (VICENTE, 2020; ARANTES, 2023).

Outro espaço de exclusão é o acesso a banheiros. A livre circulação conforme a identidade de gênero não é uma realidade para pessoas transmasculinas no Brasil. Nos banheiros masculinos, há o receio de agressões físicas e estupro, enquanto nos femininos o constrangimento e a violência simbólica são recorrentes. Essas barreiras impactam diretamente a saúde, restringem a mobilidade e evidenciam a segregação trans nos espaços públicos, limitando o direito à cidade (TENÓRIO; ALGARTE; ALVES, 2023).

Pesquisas quantitativas recentes conduzidas por pessoas transmasculinas reforçam a dimensão dessas violações de direitos humanos: altos índices de violência doméstica (parental e conjugal), psicológica, física e sexual, além do misgendering sistemático, que impede o reconhecimento social e jurídico do gênero. Esses fatores se somam à ideação e tentativas de suicídio, à pobreza, ao desemprego e à insegurança alimentar (PFEIL; LEMOS, 2021; ALVES; LEMOS; PFEIL, 2023; TENÓRIO, 2023; ALVES; PFEIL, 2024). Trata-se de expressões profundas da transfobia que estruturam e precarizam nossas vidas.

Esse panorama de privações se agrava diante das atuais ofensivas “anti-trans” e “anti-gênero” no Brasil, alinhadas a uma agenda internacional de extrema-direita, impulsionada por setores ultraconservadores, religiosos fundamentalistas e feministas trans-excludentes. O argumento criado por eles é que o movimento LGBTQIAPN+ e feministas acreditam numa “ideologia de gênero”, em detrimento deles que acreditam que a biologia dos sexos masculinos e femininos revelam um destino social para homens e mulheres (ABIA et al, 2021).

Na prática, essas agendas se materializam em ataques a direitos básicos: liberdade de gênero de crianças trans, uso de linguagem neutra, educação sexual e de gênero nas escolas, acesso a banheiros conforme a identidade de gênero, garantia de direitos sexuais e reprodutivos de pessoas transmasculinas, reconhecimento da participação de pessoas trans em esportes, além da defesa do encarceramento de mulheres trans em presídios masculinos e da criminalização do aborto (ABIA et al., 2021).

Diante de todo esse cenário, é evidente que as transmasculinidades não são variações das cismasculinidades, mas interseções de modelos não normativos na construção de sujeitos (PFEIL, C. B., 2023). Como apontam Pfeil, C. B. (2023, p 174): “Jamais seremos obedientes às normas de gênero, nossos corpos nos impedem disso”. Nesse sentido, Halberstam (1998) complementa que as experiências trans oferecem oportunidades únicas para rastrear performances explícitas de masculinidades não dominantes. Para ele, essas masculinidades alternativas têm o potencial de transformar as hierarquias de gênero, especialmente quando se articulam com práticas feministas, antirracistas e queer.

A partir da década de 2010, no Brasil, tem se evidenciado essa constituição de masculinidades produzidas por subjetividades revolucionárias. Como define Almeida (2019), trata-se de uma verdadeira “estufa de possibilidades”. Nesse contexto, emergem sujeitos que reivindicam masculinidade sem, necessariamente, buscar o reconhecimento como homens, como é o caso dos transmasculinos não binários. Também se destacam os transmasculinos que afirmam com orgulho a posse de uma vulva — os boycetas —, refutando o paradigma psiquiátrico da aversão à própria genitália. Além deles, há os que vivenciam a gestação sem abrir mão da afirmação da paternagem, aqueles que aderem a concepções contemporâneas de paternidade próxima, afetiva e cuidadora, bem como feministas e aqueles que se identificam como gays ou bissexuais.

Todas essas características contribuem para uma miríade de possibilidades no que se refere às transmasculinidades. Como aponta Almeida:

A despeito da diversidade inerente às transmasculinidades, homens trans incomodam. Eles o fazem ao evidenciarem que o masculino não é presente dos deuses, grande prêmio da loteria genética, nem exclusivo produto da “testosterona rex”, como ironiza a pesquisadora americana Cordelia Fine. A cada vez que um homem trans diz “eu sou homem”, joga luz na dimensão burlesca, sobretudo no que o pensamento conservador considera natural e fundamento do imenso poder investido na categoria homem (ALMEIDA, 2019, não paginado).

REFERÊNCIAS

ABIA - Observatório de Políticas de Sexualidade; Ação Educativa; Gênero e Educação; Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT); Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra); Conselho Latino Americano das Mulheres (CLADEM/Brasil); CONECTAS Direitos Humanos; Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTQ+ da UFMG; IPAS. Ofensivas Antigênero no Brasil: políticas de estado, legislação, mobilização social. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2021/10/E-book-SOGI-21102021.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2025.

ALEXANDRE, Vinicius; SANTOS, Manoel Antônio dos. Conjugalidade cis-trans: reinventando laços, desestabilizando certezas. *Psicologia: Ciência e Profissão* [online], Brasília, v. 41, e224044, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/RbDvztxxHYN-mnwdWBgB94pC/?lang=pt>. Acesso em: 01 ago. 2025.

ALMEIDA, Guilherme. ‘Homens trans’: novos matizes na aquarela das masculinidades? *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(2): 513-523, maio-ago. 2012.

ALMEIDA, Guilherme. Revisitando a aquarela das masculinidades. *Revista CULT*, Edição 242, fev. 2019, p. 32–35. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/revisitando-aquarela-das-masculinidades/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumbo a uma nova consciência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 704-719, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/fL7SmwjzjDJQ5WQZbvYzczb/?lang=pt#>. Acesso em: 20 ago. 2025.

ARANTES, Apollo. Da gestação à parentalidade: relato de uma gestação transmasculina, controle da reprodução humana e o reforço do estigma para população trans. *Rebeh*, v. 6, n. 19, p. 105-119, jan.-abr. 2023.

ÁVILA, Simone Nunes. Transmasculinidades: emergências, visibilidades e itinerários terapêuticos. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BANKE, Luck Yemonka; TENÓRIO, Leonardo Farias Pessoa. Transmasculinidades no Brasil: memórias de um movimento da invisibilidade à luta. In: PFEIL, Bruno; LEMOS, Kaio (Orgs.). *A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil: das invisibilidades às demandas*. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2021. p. 19-36.

BOFFI, Leticia Carolina; SANTOS, Manoel Antônio dos. Transmasculinidades plurais: vantagens e exigências sociais da masculinidade nas narrativas de homens trans. *Psicologia & Sociedade*, São Paulo, v. 36, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2024v36282359>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BENTO, Berenice. Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 10, p. 2655-2664, out. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/g98sT5HwPzL8R6LdyqpxDwM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 abr. 2025.

BENTO, Berenice. Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas. EDUFRN - Ciências Humanas. Editora da UFRN, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/a297484a-6ac7-4c3e-aaa1-f620b4eb86d2>. Acesso em: 20 ago. 2025

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: n-1 edições, 2019.

CARRITO, M.; ARAÚJO, H. C. A “palavra” aos jovens: a construção de masculinidades em contexto escolar. *Educação, Sociedade & Culturas*, (39), p. 139-158, 2013.

CATALANO, D. C. J. Trans enough? The pressures trans men negotiate in higher education. *Transgender Studies Quarterly*, 2015, p. 411-430.

CONNELL, R. W. *Masculinities*. 2. ed. Cambridge: Polity, 2005.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1): 424, jan./abr. 2013.

FERREIRA, Saman. A emergência do debate da transmasculinidade negra. *Revista Estudos Transviados*, v. 1, n. 1, p. 155-164, jul. 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/84443935/A_EMERG%C3%80NCIA_DO_DEBATE_DA_TRANSMASCULINIDADE_NEGRA. Acesso em: 15 ago. 2025.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: _____. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 7-24.

GOTTZÉN, L.; STARUBE, W. Trans masculinities. *NORMA*, 11(4), 2016, p. 217–224. doi: 10.1080/18902138.2016.1262056.

HALBERSTAM, Jack. *Female masculinity*. Durham; London: Duke University Press, 1998.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 103-133.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 1995.

HEARN, J. From hegemonic masculinity to the hegemony of men. *Feminist Theory*, 5(1), p. 49-72, 2004.

HOLTER, O. G. Social theories for researching men and masculinities: direct gender hierarchy and structural inequality. In: _____. Handbook of studies on men and masculinities. Thousand Oaks: Sage, 2005. p. 15-34.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TRANSMASCULINIDADES – Núcleo São Paulo. Manifesto da 1ª Marcha Transmasculina de São Paulo – 2024. São Paulo, 12 fev. 2024. Atualizado em 29 fev. 2024. Disponível em: <https://www.ibratsp.com/post/manifesto-da-1%C2%AA-marcha-transmasculina-de-s%C3%A3o-paulo-2024>. Acesso em: 21 jun. 2025.

JOURIAN, T. J. Trans* forming college masculinities: carving out trans* masculine pathways through the threshold of dominance. International Journal of Qualitative Studies in Education, 30(3), p. 245-265, 2017.

KIMMEL, M. S.; MESSNER, M. A. Men's lives. New York: Macmillan, 1989.

MARQUES, A. M. Masculinidade e profissões: discursos e resistências. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

NERY, João W. Transmasculinidades: invisibilidade e luta. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). História do Movimento LGBT no Brasil. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018.

OLIVEIRA, A. L. Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. In: JESUS, J. G. (Org.). Transfeminismo: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2014. p. 87-105.

PFEIL, Bruno; LEMOS, Kaio (Orgs.). A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil: das invisibilidades às demandas. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2021.

PFEIL, Cello Latini. Observatório Anderson Herzer (OAH): relatório das mortes e violências contra as transmasculinidades em 2023. Curitiba: IBRAT, 2024.

PFEIL, Cello Latini; ALVES, Rudá Nunes (Coords.). Observatório Anderson Herzer: das violências, mortes e suicídios contra as transmasculinidades - Relatório 2023. Fortaleza: IBRAT, 2024.

PFEIL, Cello Latini; PFEIL, Bruno Latini. Da sombra da cisgeneridade a subjetivações transmasculinas. In: PFEIL, Bruno; VICTORIANO, Nathan; PUSTILNICK, Nicolas (Orgs.). Corpos transitórios: narrativas transmasculinas. Salvador, BA: Diálogos, 2021. p. 158-180.

PFEIL, Cello Latini (Org.); ALVES, Rudá Nunes; LEMOS, Dan Kaio (Coords.). Observatório Anderson Herzer: das violências, mortes e suicídios contra as transmasculinidades - Relatório 2022. Fortaleza: IBRAT, 2023.

PRECIADO, Paul B. Texto junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1, 2018.

SANTANA, Bruno. Pensando as transmasculinidades negras. In: RESTIER, H.; SOUZA, R. Malungo (Orgs.). Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades. São Paulo: Ciclo Contínuo, 2019. p. 95-104.

SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos; ORNAT, Marcio Jose. Espaço-corpo e a (re)elaboração das transmasculinidades e identidades de homens trans. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, v. 12, n. 1, p. 0333, 2021.

SANTOS, Marco Antônio; BOFFI, Leticia Carolina. Identidade de gênero de homens transexuais à luz de Paul Preciado. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 30, n. 2, e79288, 2022.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

TENÓRIO, Leonardo Farias Pessoa. A relação gritante de homens trans e transmasculinos com o suicídio, tentativas de suicídio e ideia suicida. In: PFEIL, Cello Latini et al. (Orgs.). *Estudos Transviades: masculinidades outras*. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2023.

TENÓRIO, Leonardo Farias Pessoa; ALGARTE, Fabian; ALVES, Ruda Nunes. Por trás dos números: a realidade das violências contra homens trans e pessoas transmasculinas no Brasil. In: PFEIL, Cello Latini (Org.). *Observatório Anderson Herzer (OAH): relatório das mortes e violências contra as transmasculinidades em 2023*. Curitiba: IBRAT, 2024. p. 213-229.

TENÓRIO, Leonardo Farias Pessoa; FONTENELLE, Klaus Macena. As nuances das violências contra as transmasculinidades no Brasil numa perspectiva transfeminista. In: PFEIL, Cello Latini (Org.). *Observatório Anderson Herzer (OAH): relatório das mortes e violências contra as transmasculinidades em 2023*. Curitiba: IBRAT, 2024. p. 181-201.

VICENTE, Guilherme Calixto. Direitos sexuais e reprodutivos de homens trans, boycetas e não-binários: uma luta por reconhecimento e redistribuição de saúde pública no Brasil. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.